



MPF
Ministério Público Federal

Procuradoria
da República
no Rio de Janeiro

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Escolas da 7ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE
Tanque, Rio de Janeiro, RJ**

No dia 11 de maio de 2015, das 14h às 17h, estavam presentes no auditório da Escola Municipal Pio X, na Rua Serra Negra, nº 103, Tanque, Rio de Janeiro-RJ, os Procuradores da República Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro e Dr. Sérgio Luiz Pinel Dias, os Promotores de Justiça Dra. Débora Vicente, Dra. Isabel Kallmann e Dr. Rogério Pacheco, a Coordenadora da 7ª CRE, Sra. Sônia Marques e a Coordenadora de Gestão e Governança, Sra. Kátia Max, representando a Sra. Secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro, ausente, justificadamente, para realização da audiência pública com o objetivo de identificar as variantes responsáveis pelos baixos índices apontados (IDEB), bem como ouvir os órgãos da Administração Pública Municipal e Estadual, comunidade e instituições locais sobre as demandas na área, de modo a orientar a atuação do Ministério Público Federal e Estadual do Rio de Janeiro, destinada à defesa dos direitos envolvidos sob a perspectiva nas matérias de suas atribuições.

A audiência pública teve início com os esclarecimentos prestados pelo Exmo. Procurador da República, Dr. Sérgio Pinel acerca da finalidade da audiência pública destacando que o Projeto MPEduc no Município do Rio de Janeiro ainda está em fase de diagnóstico da situação escolar na 7ª CRE, sendo de suma importância ouvir o que os presentes têm a dizer.

Em seguida, a Dra. Débora Vicente falou sobre as atribuições do Ministério Público, destacando a defesa dos direitos fundamentais, como a educação, e a fiscalização de sua prestação, com a análise da qualidade dos serviços prestados pelo Governo. Enfatizou que a criação do MPEduc deu-se para que o MPE e o MPF atuem em conjunto, identificando problemas e pensando soluções.

O Dr. Sérgio Pinel fez um levantamento e constatou que a maioria dos presentes eram professores e diretores, alguns conselheiros tutelares e poucos pais de alunos.

A Dra. Isabel Kallmann fez uma rápida apresentação destacando estar na linha de frente para solucionar as questões que forem apresentadas na audiência pública.

A Dra. Maria Cristina Manella observou que o objetivo



principal do MPEduc é elevar a qualidade dos serviços de educação. Esclareceu que o objetivo da presente audiência é ouvir os professores, diretores e pais. Aduziu que o projeto foi desenvolvido em parceria entre os Ministérios Públicos e também com o Município e gestores locais, e visa atuar extrajudicialmente, já estando implementado em 180 municípios brasileiros. Apresentou o exemplo do Município de Alto Alegre, em Roraima, onde todas as escolas foram visitadas e realizadas reuniões com todos os conselhos e gestores, levando à expedição de 19 recomendações, muitas já cumpridas, e outras ainda em acompanhamento. Mostrou fotos com a evolução estrutural das escolas visitadas. Apresentou slides trazendo informações sobre o Índice Educacional – IDEB – calculado com base no fluxo escolar (aprovação, reprovação e abandono) e a média de desempenho escolar, sendo que o Município do Rio de Janeiro apresentou IDEB de 5,3 em 2013, quando o esperado seria de 6,0. Tais informações podem ser obtidas no site do INEP (www.inep.gov.br) ou no próprio site do MPEduc (mpeduc.mp.br). Destacou que o MEC/FNDE desenvolveu programas para fomentar políticas públicas para educação e tem investido muito na educação básica, sendo os principais recursos para os programas de alimentação escolar, pro-infância, dinheiro direto na escola, quadras escolares (Pac-2) e salas de recursos multifuncionais informações que podem ser encontradas no site painel.mec.gov.br, infelizmente atualizado apenas até 2013.

Em continuidade, esclareceu que o FUNDEB é um fundo estadual formado principalmente com recursos de impostos transferidos pelos Estados, DF e Municípios, e que todos os recursos gerados são redistribuídos para aplicação exclusiva na educação básica, e que o Salário Educação tem previsão constitucional e é uma contribuição social destinada ao financiamento da educação. Assim, somados todos os recursos, o Município do Rio de Janeiro recebeu quase R\$ 6 bilhões, de modo que indagou se a situação precária em que se encontram as escolas se justifica. Afirmou, ainda, que 60% dos recursos recebidos pelo Município devem ser aplicados na remuneração dos professores.

Ponderou que os Conselhos Sociais existem na teoria, para que os Estados e Municípios possam receber recursos federais, mas que, na prática, não funcionam, principalmente por falta de participação dos cidadãos. Informou que o site do MPEduc tem vídeos tutoriais didáticos que ensinam os cidadãos a fiscalizar as verbas para a educação e ressaltou que o cidadão é o maior agente fiscalizador.

Na sequência, o Dr. Sérgio Pinel expôs em apresentação de slides as recomendações que já foram expedidas ao Município e que estão divulgadas no site do MPEduc, ressaltando a importância de sua divulgação, pois a participação de todos no controle do cumprimento das recomendações é muito importante. Considerou que o problema é de gestão, não tendo identificado, até o momento, situações de má-fé ou desvio de verbas.



Passada a palavra à Sra. Sônia Marques, Coordenadora da 7ª CRE, foi reiterado que o Município está em parceria com o MP e que as recomendações foram recebidas e trabalhadas em conjunto com o nível central, onde foi feita reunião com todos os departamentos para responder a todos os itens das recomendações, pois o objetivo comum é trazer educação de qualidade para os alunos.

Em seguida, a Sra. Kátia, representante da Secretaria Municipal de Educação, ressaltou que a CRE tem representatividade, e que são realizadas reuniões bimestrais com a Secretária de Educação. Informou que são 1457 escolas na rede pública municipal e que cada unidade deve ter gestores que participem e apresentem os problemas ao CRE. Destacou a importância não apenas na prestação de contas dos recursos recebidos, mas também do planejamento prévio. Teceu, ainda, algumas considerações acerca das recomendações recebidas pelo Município, que ainda estão no prazo para cumprimento.

Pelo Dr. Sérgio Pinel foi esclarecido que cada recomendação tem um prazo específico para cumprimento, podendo variar de 30 a 180 dias.

Neste momento, a audiência foi aberta para as colocações da comunidade.

O representante do Conselho de Alimentação Escolar – CAE - informou que 71% das escolas não foram visitadas ainda, mas que existe um cronograma dividido por etapas e a 7ª CRE está no cronograma deste ano.

A Dra. Maria Cristina Manella considerou que o cronograma de visita deveria ser divulgado, mas o representante do CAE ponderou que não é bom divulgar o cronograma para as escolas, para que a fiscalização seja mais efetiva. Por fim, informou que o CAE está no Facebook e possui Blog na internet, sendo que em primeiro lugar deve estar a qualidade da alimentação das crianças.

Na sequência, foi ouvida a Sra. Jucimary, conselheira tutelar e do FUNDEB, que destacou que o mandato de 2 anos é muito curto e não dá tempo de conhecer as questões a fundo. Informou que o Conselho Tutelar tem muito embates com a CRE e que a maior dificuldade é manter as crianças na escola. Destacou que os Espaços de Desenvolvimento Infantil – EDI – são muito bons, mas que algumas crianças que precisam estar em período integral não conseguem, em razão da redução da carga horária, medida tomada em razão da falta de professores, ressaltando a necessidade de realização de concurso público para a educação infantil.

A Dra. Débora Vicente observou que a redução do turno é uma forma de aumentar o número de vagas, mas que essa é uma medida paliativa, pois não é o que prevê a Lei de Diretrizes Básicas da Educação. Ressaltou que não pode



haver retrocesso em relação ao aluno: se ele já estava em horário integral não pode ser reduzido para parcial.

Em seguida, foi ouvida a Sra. Sônia Regina, do Ciep Dr. Adelino, que questionou a forma de divisão dos R\$5 bilhões recebidos, pois se divididos entre as 1457 escolas municipais, daria cerca de R\$ 4 milhões por ano por escola, indagando que parte disso vai para a remuneração dos professores, pois não parece ser 60% desse valor.

O Dr. Sérgio Pinel explicou que o FUNDEB é um fundo único dos entes federativos, que é dividido conforme o número de matrículas de alunos na rede pública.

A Dra. Débora Vicente acrescentou que o gestor fica vinculado à aplicação de alguns recursos e que o FUNDEB determina que 60% do valor recebido deve ser aplicado na remuneração dos profissionais, mas que esse não é o único recurso para custear os salários. Aduziu que os recursos do FUNDEB deveriam ser discriminados nos contracheques.

O Dr. Sérgio Pinel continuou, afirmando que os entes devem aplicar 25% dos recursos em educação, mas que o Município do Rio de Janeiro contabiliza nesse percentual o valor total recebido pelo FUNDEB, quando deveria contabilizar apenas o que investiu no fundo. Esclareceu que o Município do Rio de Janeiro contribuiu com cerca de R\$ 2 bilhões, mas recebeu de volta quase R\$ 6 bilhões.

Na sequência foi ouvido o Sr. Francisco Uchôa, pai de aluno, que informou que seu filho é uma criança com necessidades especiais, mas que na sua escola não tem professor acompanhante para integrá-lo à turma. Disse que faltam livros, o que dificulta que possa ajudar seu filho em casa, já que o único exemplar é o da professora, e os alunos não recebem livros para poder estudar em casa.

Em resposta, a representante da CRE que estava na plateia informou que há estagiários remunerados fazendo o acompanhamento de alunos especiais, mas não em número suficiente para atender a todos. Ressaltou que faltam interessados no estágio e que é o estagiário quem escolhe a localidade onde vai atuar. Informou que a divulgação desse estágio é feita nas universidades.

Por sua vez, a Sra. Kátia prometeu verificar a situação do filho do Sr. Francisco.

Na sequência, a Sra. Sônia Regina pediu novamente a palavra e ressaltou a necessidade de mais escolas com turno integral na educação básica.



Informou que já estamos no mês de maio, mas até o momento as escolas ainda não receberam material. Denunciou que os vigilantes foram retirados e a escola é invadida por vândalos à noite e nos finais de semana. Destacou que não há ônibus para fazer passeios escolares com os alunos. Reclamou que os professores não têm tempo para planejar as aulas, o que fazem enquanto os alunos estão na aula de educação física, quando tem, e ressaltou que os alunos não tem aulas de artes e música. Denunciou, ainda, que foi iniciada a construção de Centro de Reabilitação para Portadores de Deficiência em terreno do Ciep Dr. Adelino da Palma Carlos, localizado ao lado da Vila Olímpica, na Rua Cândido Benício, s/n, Praça Seca – Mato Alto, Jacarepaguá, mas que a construção está abandonada há mais de 3 anos, havendo apenas o esqueleto do prédio. Por fim, disse que a troca da Comlurb por empresa terceirizada piorou muito o serviço.

Em resposta, a representante da CRE que estava na plateia informou que a Comlurb saiu por decisão própria e que há um contrato emergencial em vigência enquanto está sendo feita nova licitação. Aduziu que o contrato com a empresa de vigilantes foi interrompido e está sendo feita licitação. Sobre o ônibus de passeio, disse que há contrato e são disponibilizados ônibus e verbas para passeios escolares, devendo a escola se cadastrar no sistema Rio Ônibus para ter acesso aos veículos de passeio.

O Sr. Francisco pediu a palavra para ponderar que as empresas não podem cancelar os contratos públicos sem cumprir aviso prévio, pois os serviços não podem ser descontinuados.

Em seguida, foi dada a palavra a Sra. Andreia, professora e conselheira de educação, que levantou a questão de 1/3 da carga horária para o planejamento das aulas. Ademais, ressaltou que as escolas não têm psicólogos escolares, nem assistentes sociais escolares, orientadores pedagógicos, fonoaudiólogos e etc., sendo que estes encargos também se acumulam para os professores. Concluiu que faltam profissionais capacitados direcionados para as escolas.

A Sra. Luciane, do CRE e representante dos pais, disse que infelizmente a maioria dos pais não comparece às reuniões, pois não se interessam em participar. Aduziu ser importante chamar os pais para a responsabilidade de participar da educação dos filhos.

A Sra. Kátia registrou a importância desses encontros para saber quais são as demandas e ressaltou estarem todos no mesmo time, buscando o mesmo resultado, sendo necessária a união dos esforços em prol da educação e a conscientização da família da importância de sua participação.

Para encerrar, a Dra. Maria Cristina Manella lembrou a frase



MPF
Ministério Público Federal

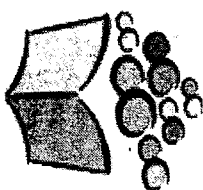
Procuradoria
da República
no Rio de Janeiro

que está no panfleto do MPEduc distribuído aos presentes: “*Quando a matéria é educação de qualidade, todos nós temos de fazer o dever de casa*”. Assim, a Dra. Isabel Kallmann disse a todos que anotou diversos pontos do que foi apresentado pelos presentes e que vai trabalhar em cima disso, fazendo também o seu dever de casa.

Beatriz Valladares Fonseca

Analista Processual

Matr. 25.122-4



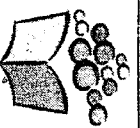
MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 11 DE MAIO DE 2015

Escola Municipal Pio X, Rua Serra Negra, nº 103, Tanque, Rio de Janeiro-RJ

LISTA DE PRESENÇA

NOME	SEGMENTO SOCIAL	E-MAIL
Roberto Pacheco Alves	MPE RJ	rpacheco@mp.rj.mp.br
Isabel Kolman	MERS	isabel.kolman@mers.mr.br
Maria Albertina dos S. M. Viçosa	1ª CRE	maria.albertina@netmail.br
Marcia Ellyzeth N. da M. Viçosa	Em Rota do Fort	marciaelzyeth@netmail.br
Ana Rêgina de Souza	ED. Dra. Eilda Aires	edizilda@netmail.br
Melau de Souza	1ª CRE/CEB	melau@netmail.br
Isabel Pacheco	1ª CRE/CEB	isabel.pacheco@netmail.br
Marcia Ellyzeth N. da M. Viçosa	1ª CRE/CEB	marciaelzyeth@netmail.br
Marcia Ellyzeth N. da M. Viçosa	1ª CRE/CEB	marciaelzyeth@netmail.br



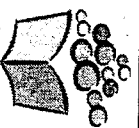
MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME	SEGMENTO SOCIAL	E-MAIL
Sabael de Almeida Barbosa	CM. Marapóia Gabriel	emmgabina@noctua.net
Natácia Vitorino de Mello Juliano	ESUBEL/CEE(0+34.50)Nup Lury (Cotão) Nêdes	cizapostes@riueduca.net
Elaine Guiriquine	ESUBEL/CEE(07.16.031)NAT. Tereza M. Lima	emgmlm@noctua.net
Rosa Brúcia Cortes	ESUBEL/CEE(0+16.031)EM. GABRIEL DA MOURA	emdgabina@noctua.net
Phaoliz Jurema da Silva	ESUBEL/CEE(07.24.006)ED. Tereza Ruth (Cotão)	edimruth@riueduca.net
Anna Beatriz Escobar Ribeiro	ESUBEL/CEE(07.24.006)ED. Tereza Ruth	anna_bia_escobar@hotmail.com
Julia Dolmanno Guimarães	ESUBEL/CEE(07.24.806)ED. RITA ROTH (Cotão)	judolmanno@noctua.net
Paula Tereza dos Santos Pereira	ESUBEL/CEE(07.16.031)ED. Tereza Ruth	edimruth@riueduca.net
Roberto José dos Reis Trêta	ESUBEL/CEE(07.16.031)ED. Tereza Ruth	edimruth@riueduca.net
José Tadeu Beirão Junior	ESUBEL/CEE(07.16.031)ED. Tereza Ruth	edimruth@riueduca.net
Keila Ferreira	ESUBEL/CEE(07.16.031)ED. Tereza Ruth	edimruth@riueduca.net
Ana Melissa de C. Sobral	ESUBEL/CEE(07.16.031)ED. Tereza Ruth	edimruth@riueduca.net
Marcela Nogueira Cavalcanti Koudano	ESUBEL/CEE(07.16.031)ED. Tereza Ruth	edimruth@riueduca.net
Kelly Cristina B. da Silva	ESUBEL/CEE(07.16.031)ED. Tereza Ruth	edimruth@riueduca.net
Thaís Jurema da Silva Costa	ESUBEL/CEE(07.16.031)ED. Tereza Ruth	edimruth@riueduca.net
Marcia Cavalcanti Pereira	ESUBEL/CEE(07.16.031)ED. Tereza Ruth	edimruth@riueduca.net



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME	SEGMENTO SOCIAL	E-MAIL
marcia strous dos santos	E/SUBE/CE (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	
marcia dalessandro Gomes	Diretora de Ensino (CE) (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	marcia@educacao.net
Tania Moura da Silva Albuquerque	E/SUBE/CE (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	marcia@educacao.net
Renata spau de Oliveira	E/SUBE/CE (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	marcia@educacao.net
Marilene de Paiva Silva	E/SUBE/CE (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	marcia@educacao.net
ELIANA LIMA SOUZA	E/SUBE/CE (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	
Isabela Thomas DA SILVA GARCIA	E/SUBE/CE (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	
Glauce dos Santos matoso	E/SUBE/CE (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	
Roberta Almeida	E/SUBE/CE (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	
Sandra góes	E/SUBE/CE (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	
Adelcio Aguiar dos Reis Pereira	CEC - EM - Frederico Torres	adelcio@educacao.net
Ana Valéria Martins Reis	Diretora de Ensino (CE) (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	
Ellen Reyle Saldanha Dias	Diretora de Ensino (CE) (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	
Mônica Gonçalves	Diretora de Ensino (CE) (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	
Isabela dos Santos	E/SUBE/CE (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	
Angela da Silva Pereira de Souza	E/SUBE/CE (07.24.018) E.M. São Sebastião - professores (09) geral@ce...	



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME	SEGMENTO SOCIAL	E-MAIL
Johana da Silva	E.M. P.O. X Diretor	talacmashil@uol.com.br
Elisabete Rosa Marques da S. Maydona	EDS Ana Carolina Pacheco da Silva	hokexiamexa@yaho.com.br
Domimela de Jesus Xavier dos Santos	EDS Ana Carolina Pacheco da Silva	domimela@yaho.com.br
Liniane Salicrute de Oliveira	EDS Ana Carolina Pacheco da Silva	liniane_salicrute@yahoo.com.br
Andréa P.S. Benrigues	EDT Ana Carolina Pacheco da Silva	andrea@yaho.com.br
Sônia Regina Magalhães da Silva	E.M. de Pedro I - (diretora)	soniamagalhaes@yaho.com.br
Flaviane Lima de Oliveira	EDS Vera Lucia M. Costa	flaviane@yaho.com.br
Eleone Perillo Pinto Lacerda	EDS Ana Carolina Pacheco da Silva	eleoneperillo@yaho.com.br
Regina Lúcia Ribeiro de Campos	EDS Ana Carolina Pacheco da Silva	regina_lucia_ribeiro@yaho.com.br
Adriana Silva de Lima Farambho	EDS Ana Carolina Pacheco da Silva	adriana_silva@yaho.com.br
Vandirle Vieira da Silva Santos	EDS Ana Carolina Pacheco da Silva	vandirle@yaho.com.br
Demelle dos Santos Silva (prof)	EDS Ana Carolina Pacheco da Silva	demelle@yaho.com.br
Sandra Leal da Silva	EDS Ana Carolina Pacheco da Silva	sandra_leal@yaho.com.br
Georgina Maria Santos de Paula	EDS Ana Carolina Pacheco da Silva	georgina_maria@yaho.com.br
Manira Lúcia Furtado de Aguiar	EDS Ana Carolina Pacheco da Silva	manira_lucia@yaho.com.br
Elaine Maciel, Cozinheira	EDS Ana Carolina Pacheco da Silva	elaine_maciel@yaho.com.br



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO**

[illegible]



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: FRANCISCO JUVÊNCIO ALVES UCHOA

INSTITUIÇÃO: Escola Municipal Virgílio Várzea.

PERGUNTA: É possível pedir: ampliar o equipamento - Computador etc. Posso fazer alguma alusão ao município = Belford Roxo?
Tenho filho: ESPECIAL. Não tem uma acompanhante.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: _____

INSTITUIÇÃO: _____

PERGUNTA: Como é feita a distribuição destes quase 6 bilhões destinados à educação? Qual o critério utilizado?



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: Adelia Aguiar

INSTITUIÇÃO: CEC - EM Frederico Trilha

PERGUNTA: Qual o prazo recomendado ~~para~~ pelo Ministério Público para conclusão destas recomendações?



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: Maria Emília

INSTITUIÇÃO: EM Frederico Eyer

PERGUNTA: Durante um período a Bolsa Família e o encaminhamento ao Conselho Tutelar foram aliados na luta contra a infrequência dos alunos. Atualmente não o são mais, o aluno da Cidade de Deus está cada vez mais infrequente e observadamente por motivos bancários. Como o MP pode auxiliar na cobrança legal às famílias de alunos infrequentes?



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: Sônia Regina Izidoro

INSTITUIÇÃO: CIEP D. Adeline da Palma Carlos

PERGUNTA: Gostaria de saber sobre a migração de P II



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: MARIO LARRUBIN

INSTITUIÇÃO: Presidência Cae

PERGUNTA: Gostaria de me colocar
questões as ações do CAE.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: Eliziane Silva

INSTITUIÇÃO: Instituto de Educação e Cultura

PERGUNTA: Em relação à Educação Superior, qual
o papel do Estado em relação à educação de
qualificação e formação de profissionais? Qual
o papel do Estado em relação à educação de
qualificação e formação de profissionais?

o papel do Estado em relação à educação de
qualificação e formação de profissionais?

o papel do Estado em relação à educação de
qualificação e formação de profissionais?



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: Maria Patrícia Alvares

INSTITUIÇÃO: CIET ADELINO DA PALMA CARLOS

PERGUNTA: Sobre o FUNDEB: É o que financia a
remuneração do professor/func ou é